

**VARIANTES LEXICAIS NA TOPONÍMIA PORTUGUESA:
OS ELEMENTOS GENÉRICOS (ENTIDADES GEOGRÁFICAS)
DENOMINADOS. ESTUDO DE CASO:
DIFERENÇAS TERMINOLÓGICAS
ENTRE PORTUGUÊS DO BRASIL E PORTUGUÊS EUROPEU**

Patricia de Jesus Carvalhinhos (FFLCH-USP)

patricia.carv@usp.br

APRESENTAÇÃO

A relação existente entre um elemento geográfico e seu respectivo nome tem sido objeto de muita discussão desde a sistematização dos estudos de Toponímia. Alguns países, sobretudo aqueles com um histórico de estudos toponímicos, mantêm comissões geográficas, entre cujos objetivos figura a questão nomenclatural.

Uma vez que o topônimo propriamente dito não pode ser estudado sem considerar-se o elemento geográfico ao qual se vincula, analisa-se o *sintagma toponímico* – bloco composto pelo elemento genérico (entidade geográfica denominada) e o elemento específico (o nome ou topônimo propriamente dito). Presentes tanto em cartas geográficas/topográficas quanto em repertórios toponímicos, as entidades geográficas que recebem o nome (também chamadas *acidentes geográficos*), são, tanto quanto os nomes propriamente ditos, elementos cruciais na análise do sintagma toponímico, pois também carregam traços linguoculturais do denominador, em termos de substância semântica. Estruturalmente, de acordo com a natureza da língua, esses termos ou elementos podem vir justapostos ou aglutinados³².

³² Ainda sobre a posição dos elementos no sintagma toponímico, vale lembrar que, no caso de uma língua aglutinante (exemplificativamente, as línguas indígenas americanas), a tendência é que haja a adição de um novo elemento geográfico na língua dominante. Outra condição que gera a adição de um novo termo geográfico é a passagem natural do tempo: muitas vezes, em línguas como as neolatinas, é possível observar, durante uma análise diacrônica, que o termo geográfico original esvaziou-se de sentido. Por vezes, sua incorporação ao topônimo ocorre pela gramaticalização, ou seja, a palavra plena, ao esvaziar-se de sentido, pode funcionar como uma forma presa, com características sufixais. Ainda neste caso, há a conseqüente adição de um novo termo (Dauzat, 1922; Dorion, 1972; Dick, 1990), o que propicia outros dados para análise.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Longe de se cogitar algo conclusivo, o presente artigo propõe um convite à reflexão sobre a natureza das relações entre elemento geográfico e o nome de lugar. Apresentaremos, com este objetivo, algumas variantes lexicais presentes em termos genéricos de sintagmas toponímicos portugueses, sendo os acidentes geográficos relacionados a elementos hídricos, no campo físico, e a aglomerados humanos, no campo antropocultural; observa-se, evidentemente, possíveis contrapontos com a nomenclatura geográfica brasileira.

Quando necessário, apresentamos as relações lingüísticas com os topônimos aos quais se vinculam os termos geográficos, mas, principalmente, as relações semânticas presentes entre os próprios elementos geográficos estudados, sendo estas relações uma possível pista para determinar mecanismos de escolha no eixo paradigmático da língua, por parte dos denominadores. Partimos, portanto, do conceito de variante lexical, sua contextualização num contexto mais amplo – o da dialetologia – para, em seguida, tratar das variantes lexicais presentes em termos genéricos de sintagmas toponímicos.

VARIANTES LEXICAIS

O conceito de variante lexical é aqui aplicado no sentido de se verificar as diversas resultantes de escolhas, por parte do denominador, no eixo paradigmático da linguagem. Já consideramos, em outras oportunidades (Cf. Carvalhinhos, 2003 e 2007), que o nome do lugar, *quando* e *se* nasce de maneira espontânea, é sempre o reflexo de um ato de fala. Cristalizado pelo uso, todos os elementos pertinentes a este ato de fala conservam-se na substância semântica do topônimo, ainda que seu significado esteja esvaziado.

A denominação da própria entidade geográfica vinculada ao nome também revela dados do povo denominador, e as variantes lexicais, sendo um espelho de sua fala, são importantes para que se tracem áreas dialetológicas em determinado território e, por outro lado, como léxico já estabelecido e cristalizado, a Toponímia fornece dados ao dialetólogo sobre a permanência de certos traços arcaicos na fala de determinado território.

Sobre a relação existente entre Onomástica e Dialetologia, sobretudo no que concerne às variantes lexicais presentes nos termos

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

genéricos, mencionamos Nicolaisen (1980), autor que, retomando dados do Atlas Lingüístico dos Estados Unidos e do Canadá, trata das relações existentes entre as variantes lexicais e as variantes toponímicas. No texto *Onomastic Dialects*, parte de alguns pressupostos que nos interessam para a reflexão proposta neste estudo. Primeiro, porque há similaridades entre alguns dados apresentados na toponímia norte-americana e o Brasil por questões históricas (línguas em contato, colonização); segundo, porque propõe alguns critérios metodológicos para o estudo das variantes presentes em genéricos (*creek, brook, -kill, stream*), tanto pelo esboço de uma análise lexicológica (não levada a termo pelo autor) quanto pela analogia entre a distribuição, variação e frequência das lexias no território, em sua condição de elemento genérico de um sintagma toponímico, e também como topônimo.

Além de observar a distribuição e frequência dos genéricos (que, uma vez parte de um sintagma toponímico, são mais estáveis que as lexias comuns³³), o autor analisa as áreas de ocorrência das variantes, geralmente decorrentes de movimentos colonizatórios; todas as variantes (*creek, brook, stream*) são transparentes e ativas na língua atual. Dois exemplos de nomes estrangeiros para acidentes hídricos – segundo ele, opacos – são o francês *bayou* (criado em contato com a língua indígena Choctaw *bayuc*, significando “curso inativo” e irradiado a partir de Louisiana) e o holandês *kill*³⁴, este último muitas vezes como forma presa, em composição com outros termos.

Em Portugal, já os *Inquéritos Lingüísticos* realizados por Paiva Boléo na década de 40, a fim de ampliar e atualizar o estudo de

³³ “Lexical items to be studied will come from selected native speakers of the geographical varieties of American English, whereas onomastic items will be mostly culled from printed maps, some perhaps from oral tradition, but in all cases from sources anchored to the ground and therefore much less mobile than individual informants. This is not to say that place names never migrate - they do, especially in this country - but toponymically applied generics are less easily uprooted than their non-onomastic counterparts in the general lexicon. Words are as footloose as the people who use them, while place names tend to be stationary.”(Nicolaisen, 1980, p. 37).

³⁴ Nicolaisen afirma que, apenas por ser opaco, *-kill* se presta à sua extensão e aplicação a bifatos de outra natureza, como montanhas. Está restrito ao vale do Hudson, e nunca pertenceu ao léxico ativo do inglês, nem como adstrato.

LÉXICO E SEMÂNTICA

Leite de Vasconcelos (*Esquisse d'une dialectologie portugaise*, tese defendida em 1901), traça isoglossas em todo o território, na mesma linha do Atlas citado por Nicolaisen. Um dos mapas publicados apresenta as isoléxicas, limites que separam os fenômenos léxicos de outras áreas de ocorrências. Pode ser que as variantes lexicais, no que tange aos elementos geográficos presentes nos sintagmas toponímicos, correspondam a essas isoléxicas; neste momento, contudo, seria precipitada tal afirmação.

Segundo estudos calcados nos inquéritos de Boléo (Lindley Cintra, 1961-62; Orlando Ribeiro, 1962-63), há interpretações diversas sobre as variantes lexicais. Ainda que se baseie nos atuais falares e dialetos do território português, fica clara, pelo menos nos dois autores mencionados, a importância da toponímia local como fator comprovante da antiguidade de determinadas formas presentes nos falares, seja quanto à fonética, à morfologia ou semântica. Para Ribeiro, sobretudo, a presença da toponímia auxilia na demarcação das áreas conservadoras e inovadoras em termos de fala (o autor prefere *terras velhas* e *terras novas*, pois sua análise é realizada a partir da ocupação do território³⁵ no período da Reconquista).

Portanto, ainda que não seja nosso objetivo nesta comunicação tratar deste tema³⁶, fica claro que as variantes lexicais na toponímia, sobretudo as presentes no topônimo propriamente dito, marcam áreas toponímicas que poderão coincidir com as áreas dialetológicas.

Refletimos, aqui, sobre o que se apresenta no atual Portugal Continental quanto aos termos genéricos mais usados para duas realidades distintas: a física, exemplificada pelas variantes *ribeira/ribeiro*, preferidas em Portugal às formas mais utilizadas no Bra-

³⁵ Orlando Ribeiro contesta, ainda, baseando-se em considerações de vários autores, o conceito de *ermamento*, isto é, o esvaziamento da atual região central portuguesa no período da presença árabe na Península Ibérica: "Os arcaísmos que a prospecção dos falares regionais pôs a descoberto compreendem-se, ao mesmo tempo, no quadro da organização precoce dessa terra densa, e da estabilidade e permanência, a despeito das vicissitudes superficiais, da sua população." (1962-63, p. 201).

³⁶ Será necessário um estudo amplo para que se possa chegar a esta distribuição de variantes lexicais na toponímia de Portugal, sejam variantes presentes no acidente geográfico ou no nome propriamente dito. Esta comunicação, pois, é apenas uma introdução ao tema.

sil, ribeirão e córrego, e a antropocultural, caracterizada por pequenos aglomerados humanos³⁷, dos quais destacamos os termos genéricos *lugar, aldeia, casal, póvoa, quinta*. Em termos de variação de sentido, trazemos a *vila*, de diferente significação em Portugal e no Brasil, apresentando, pois, uma variação semântica.

VARIANTES LEXICAIS: ELEMENTOS HÍDRICOS.

Embora nossas observações se baseiem em *corpora* de densidade e alcance heterogêneos, acreditamos que, mesmo assim, oferecerão um princípio de análise sobre o tema, devidamente aprofundada e retificada quando do avanço de nossas pesquisas³⁸. Tanto no Brasil quanto em Portugal, as variantes lexicais presentes nos elementos genéricos (que, muitas vezes, assumem a função de topônimos), apresentam uma diferenciação básica quanto ao volume de água, sendo possível, neste sentido, considerá-las pertencentes a um mesmo eixo paradigmático, contidas pelo mesmo arquissemema (“massa de água”), e apresentando, como semas distintivos, os atributos referentes a largura e a profundidade. Num primeiro momento, a escolha de lexias em genéricos referentes a acidentes hídricos parece ser mais homogênea³⁹ que a operada nos relativos às povoações,

³⁷ Já em nossa Tese de Doutorado, em 2005, nos dedicamos a esta problemática, ainda que sob outra perspectiva.

³⁸ Dizemos que os *corpora* são heterogêneos porque se trata apenas de uma amostragem, divergente, em termos de escala, nos dois países, além de restrito em ambos. Como o foco de nossa pesquisa é Portugal, a exemplificação com topônimos brasileiros se dá em nível de macrotoponímia, ou seja, mencionamos, aqui, apenas nomes de municípios que conservam as lexias em estudo. Por outro lado, os exemplos de Portugal relatados neste tópico provêm de duas fontes distintas, ambas com uma escala detalhada: o *Reportório Toponímico de Portugal*, escala 1/25.000, publicado pelo Ministério do Exército, em 1967; por outro, lançamos mão de dados disponibilizados pelo Serviço Nacional de Informação Geográfica, na vertente referencial para detecção e eliminação de focos de incêndio (SCRIF – Serviço de Cartografia de Risco de Incêndio Florestal), que se baseia nas mesmas cartas do Exército, escala 1:25.000, mas com todas as atualizações proporcionadas pelos serviços de informação digital por satélite. Como se percebe, pela escala, os exemplos de Portugal tendem a ser mais abundantes pela escala das cartas utilizadas; por outro lado, a maioria dos exemplos mencionados pertence ao distrito de Aveiro, foco de nossa análise em projeto de pesquisa atual.

³⁹ Dizemos que parece ser porque, na verdade, apenas estudos com cartas geográficas com um bom nível de detalhamento poderão trazer mais dados. Citamos, por exemplo, os dados parciais coletados por um aluno nosso de graduação para sua monografia de avaliação neste

LÉXICO E SEMÂNTICA

no sentido que se poderia aventar que, uma vez “transplantada” a LP para o Brasil no período colonial, o denominador lançaria mão das mesmas lexias utilizadas na metrópole – diferentemente dos aglomerados humanos, cuja configuração se prende a condicionantes históricas, geográficas, culturais e econômicas, entre outras. Contudo, a homogeneidade das denominações portuguesas e brasileiras não se verifica, pois, se no Brasil as formas mais comuns e produtivas para designar cursos de água de médio porte são as lexias *córrego* e *ribeirão*, em Portugal nenhuma das duas é usual – nem como acidente físico, tampouco como topônimo.⁴⁰

Todas estas variantes – *córrego*, *ribeiro*, *ribeira*, *ribeirão* – são transparentes e pertencem ao léxico ativo em seus locais de ocorrência e, também, aparecem distribuídas uniformemente nos dois países, como elemento genérico. No Brasil, é muito comum encontrar topônimos que apresentem *córrego* e *ribeirão* toponimizados (incorporadas ao nome), como em nomes de municípios.⁴¹

primeiro semestre de 2007 (Cf. Stabile, 2007). Stabile conseguiu detectar, em seu estudo inicial, que as denominações de cursos de água apresentam variações não somente quanto à massa de água, mas também quanto ao sistema de drenagem do solo e à intermitência: segundo seu levantamento, *arroio* é freqüente no sul, *córrego* é geral, mas com maior concentração no Sudeste; *riacho* é típico do nordeste, assim como a *vereda*. Os *corixos* são da região pantaneira, assim como os *igarapés* e os *paraná*s só aparecem na região norte como elemento hídrico (enquanto no sul e sudeste só aparecem toponimizados).

⁴⁰ Sobre as condições atuais das lexias mencionadas, em termos de freqüência, em Portugal, recorremos dos dados do Programa CONCOR, disponibilizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: numa breve busca, fica clara a preferência, também marcada na toponímia, pelas formas *ribeira/ribeiro*, em detrimento do *córrego* e *ribeirão*. Dados disponíveis para consulta em:

<http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_rld_pesquisa_PE.php> Acesso em: 02 ago. 2007.

⁴¹ Segundo atual levantamento do IBGE (*IBGE cidades*, disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>), verificamos, no Brasil como um todo, os municípios cujo topônimo incorpora o acidente geográfico mencionado. São eles: *Ribeirão do Largo*, BA; *Córrego do Ouro*, GO; *Córrego Fundo* e *Córrego Novo*, MG; *Ribeirão das Neves* e *Ribeirão Vermelho*, MG; *Corguinho* (MS); *Ribeirão Cascalheira* e *Ribeirãozinho*, MT; *Ribeirão*, PE; *Ribeirão Claro* e *Ribeirão do Pinhal*, PR; *Ribeirópolis*, SE; *Ribeirão Bonito*, *Ribeirão Branco*, *Ribeirão Corrente*, *Ribeirão do Sul*, *Ribeirão dos Índios*, *Ribeirão Grande*, *Ribeirão Pires* e *Ribeirão Preto* (SP). Em contrapartida, a forma *ribeira* e derivados aparece apenas em dois nomes de municípios, *Ribeira do Piauí*, PI; e *Ribeira*, SP; já a lexia *ribeiro* requer estudo quanto ao motivo da denominação, pois pode configurar, ainda, um antropotopônimo.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Em Portugal, a ocorrência destas duas formas como genérico é inexpressiva, e sua ocorrência em topônimos é de baixa frequência em relação às formas *ribeira/ribeiro* e derivados: em todo o distrito de Aveiro, encontramos apenas três topônimos – *Córregos*, região, Mealhada; *Córregas*, região, Oliveira de Azeméis; *Córrego de Lordelo*, povoado, em Vale de Cambra – e uma aplicação como genérico, no sintagma *córrega da Sabrosa*, também em Vale de Cambra. Em outra fonte, que abarca todo o território continental português, detectamos apenas dezoito (18) ocorrências com a lexia *ribeirão* no país, sendo treze (13) realmente genéricos relativos a cursos d'água, e somente cinco (5) como topônimos, em aglomerados humanos.

É possível que o português do Brasil tenha preferido *córrego* a *ribeira* por características topográficas, pois, além da definição geral de *córrego* como “*pequeno rio, riacho*”, encontramos uma especificação que pode ter ocasionado a escolha: tanto Aulete quanto Holanda concordam que *córrego* é um *sulco aberto por águas correntes*; para Cunha, *córrego*, derivado de *correr*, aparece incorporando o sentido de “*riacho*” no século XVI, procedendo do latim **corrugus*. Para Pinho Leal (*apud* Costa, 1959), há uma especificação ainda maior no sentido, já que “*córrego* ou *corgo* no antigo português significa *ribeiro* ou *regato* que corre profundo entre penedias ou pelas quebradas das serras.”⁴²

Corgo, no Brasil, ocorre como quase como variante diastrática (o metaplasmato, neste caso, é característico dos falares caipiras), aparecendo pouco como genérico; em Portugal, *corgo* e derivados (*corgo*, *corga*, plurais e diminutivos) aparecem como topônimos e, em proporção elevada, como genéricos. Em função de genérico, em Aveiro, a estrutura sintagmática é simples: genérico (*corga*, *corgo*, plurais), preposição + substantivo, muitas vezes ficando subentendida a posse: como exemplos, citamos *corga do Coval da Mó* e *corga do Gavião*, no concelho de Albergaria-a-Velha, *corga da Barrosa* *corga do Pardinho* e *corga do Rossio* (Águeda). Como topônimos,

⁴² Também Aulete menciona definição similar, “caminho estreito e fundo entre montes, cadeia de montanhas (...), ainda que não se refira, explicitamente, à presença de água. Holanda é mais claro, pois define *córrego* como “Caminho estreito, ou atalho, entre montes ou muros” para, em seguida, citar como brasileirismo o uso de *córrego* como “Ribeiro de pequeno caudal; riacho”.

LÉXICO E SEMÂNTICA

além da forma simples, o substantivo (*Corgo*, Estarreja; *Corga* e *Corgas*, Santa Maria da Feira), aparecem os marcadores toponímicos *de cima/de baixo* (*Corgo de Cima* e *Corgo de Baixo*, Anadia), *do norte/ do sul* (*Corga do Norte* e *Corga do Sul*, Ovar), e a forma duplamente marcada pela relação e pela posição geográfica (*Corgo do Seixo de Baixo* e *Corgo do Seixo de Cima*, em Vagos).

Já *ribeiro* é um “rio pequeno; riacho, regato”, do latim *ripario*. O feminino *ribeira* é definido como “massa de água que corre entre margens próximas, menos larga e profunda que um rio”. *Ribeirão*, forma produtiva no Brasil, conforme exemplificado anteriormente, significa *ribeiro bastante largo* e, numa segunda acepção, *terreno apropriado para nele se lavrarem minas de diamantes* (Holanda).

Tanto **corrugus* quanto *riparia/ripario* não constam dos dicionários de língua latina; provavelmente porque provêm do latim vulgar. A forma latina *ripa*, significando “margem”, derivou para o português *riba* (que consta, como topônimo, nos seguintes povoados aveirenses: *Ribaforros* (Anadia), e *Ribas* (Ílhavo e Santa Maria da Feira). Ainda aparece como nome de uma região em Anadia, *Riba-boa*, e outra em Vale de Cambra, *Riba Má*). Vasconcelos (1931, p. 158) assim define *riba*: “*Originariamente as formas eram, realmente, riba do Douro, (...) por ‘margem do Douro’ (...), como em latim ripa fluminis (...)*”, e mais adiante, explica a aplicação desse termo, baseado em documentos dos séculos VIII ao XV: “*(...) pois naquele tempo a ripa, ou riba, não significava só a ribanceira, margem (...), mas ainda todas as terras que ficavam superiores, e águas vertentes para o mesmo rio.*” Podemos concluir, então, que houve um processo metonímico e a margem do rio, *ripa fluminis*, passou a significar toda a região adjacente, inclusive o próprio curso d’água.

Ribeirão, definido como *terreno apropriado para nele se lavrarem minas de diamantes*, pode conduzir-nos à hipótese de sua escolha, por parte do denominador, ter sido mais adequada às atividades ligadas à mineração, no período colonial brasileiro. Dicionários de português europeu definem o termo como *brasileirismo, ribeiro grande*. Além de não ser nosso objetivo, aqui, o presente estágio das pesquisas toponímicas brasileiras não permite declarações conclusivas sobre as causas da disseminação, multiplicação e perpetuação do

uso desses genéricos, no Brasil, em detrimento das formas mais frequentes em Portugal. Provavelmente, com o avanço das pesquisas e uma busca sistemática em atas e registros dos séculos XVI a XVIII, se possam comprovar algumas hipóteses, como a que estas duas formas terem sido difundidas durante um processo de dialeção do português do Brasil.

O que se pode deprender destes dados, portanto, é um conceito contrastivo de variante, além da variante presente em um único território nacional: se o denominador opera escolhas num eixo paradigmático e percebemos contrastes de acordo com o volume, velocidade, largura e profundidade das águas, também é verdade que não são as mesmas variantes mais utilizadas em Portugal que vieram para o Brasil. No caso específico deste estudo pontual, é mais fácil perceber a causa das variações quando o genérico se refere a fatos sociais ou elementos culturais, como nos genéricos referentes aglomerados humanos, que abordamos a seguir.

VARIANTES LEXICAIS: OS AGLOMERADOS HUMANOS

Atualmente, em Portugal (pelo menos, em sua área continental), percebe-se uma variedade de lexias, todas referentes a aglomerados humanos⁴³, transformadas em elementos genéricos (e, algumas

⁴³ Aroldo de Azevedo (1957, p. 31-33) define, no seu estudo *Embrões das cidades brasileiras*, uma série de dados comparativos entre as denominações usadas para designar diferentes tipos de aglomerados humanos, do ponto de vista da Geografia Humana. Estes dados são de especial importância para o trabalho realizado quanto à escolha lexical no eixo paradigmático da linguagem, pois fica claro que, embora às vezes se aplique a mesma lexia, o conceito é diferente entre Brasil e Portugal. Para o autor, por exemplo, no Brasil “a mais elementar das formas de aglomerações humanas costuma ser designada por dois vocábulos de significação idêntica – povoado e povoação, embora outros termos existam, de caráter restrito e regional, que servem para identificar algumas de suas modalidades.” Comparativamente, cita Portugal, “de onde recebemos tais vocábulos”. Segundo ele, ali “faz-se uma distinção bastante nítida entre ambos: *povoação* é o lugar povoado – cidade, vila, aldeia ou lugarejo, correspondendo a um núcleo de condensação do povoamento”, sem distinção de dimensões. Já povoado é chamado, em certas regiões, *casal*, e significa “a aldeia, o lugarejo ou pequena localidade em que habita gente”.

Ele diz, ainda, que em Portugal a povoação engloba um sentido muito amplo (desde as menores localidades até as cidades), o que não se dá no Brasil. “O povoado ou a povoação, tal como entendem os brasileiros, não se confunde com nenhum dos pequenos aglomerados da Eu-

LÉXICO E SEMÂNTICA

mesmo, em topônimos); são variantes, aparentemente em relação sinonímica, mas apresentando variação de significado. A interpretação das legendas de uma carta geográfica, em geral, indica uma equivalência entre estes pequenos povoados, ainda que lhes correspondam termos genéricos diferentes como *aldeia*, *quinta*, *póvoa*, *lugar* ou *casal*.

Para iniciar a argumentação, contudo, apresentamos um elemento genérico que, atualmente em Portugal, não pode ser considerado pertencente exatamente ao mesmo paradigma⁴⁴ dos aglomerados humanos anteriormente mencionados, pois é definido como uma aglomeração humana de tamanho intermediário⁴⁵ entre a aldeia e a cidade. Mas o conceito histórico de *vila*, naquele país, não tem relação com o número de eleitores ou benfeitorias à coletividade, conforme lei em vigência desde 1982.

Segundo documentação coletada no Arquivo Distrital de Aveiro por Oliveira (1967), a romanização foi a responsável pela adoção do termo *vila*. A *villa* romana era unidade agrária⁴⁶ e fiscal, aplicada às propriedades coletivas peninsulares. Seus termos (limites) eram marcados com *padrões* (tipo de marco de pedra praticamente desaparecido, mas bastante presente na toponímia portuguesa até ho-

ropa Ocidental, sobretudo pela fraqueza de laços que o prendem à área rural." Povoados, no Brasil, portanto, estão ligados à zona urbana: "Povoados foram os *arraiais* da época da mineração do ouro (...), como são as *corrutelas* das atuais áreas diamantíferas do Brasil Central." Cita, ainda, na Bahia e no nordeste, os termos *comércio* e *rua*, a fim de acentuar a diferença com as habitações isoladas da zona rural. "Em São Paulo, o *bairro* rural contém sempre um povoado". Os grifos são do autor.

⁴⁴ Não pertence ao mesmo paradigma em termos práticos, por sua dimensão e por razões administrativas, conforme se verá; isso não quer dizer, contudo, que não pertença ao mesmo campo semântico, como se referirá adiante.

⁴⁵ O Art. 12 da Lei nº. 11/82, de 2 de Junho, condiciona que além de mais de três mil eleitores, para ser elevada à condição de vila uma povoação necessita ter algumas instituições coletivas, como, por exemplo, farmácias, correios, estabelecimentos comerciais e de hotelaria, agência bancária, escolas, transporte coletivo. Há exceções, quando a povoação possua relevância histórica, arquitetônica ou cultural. Antes dessa data, porém, a condição de vila não era assim regulada, conforme o que se explanará em seguida, pois advinha do conceito antigo de *vila*.

⁴⁶ Encontramos, ainda, várias referências em documentos da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX (*Apud* Costa, 1959), sobre a permanência desse conceito de vila como unidade agrária, no sentido de equivaler a *quinta* (propriedade rústica), e não a povoação. Como se pode perceber, houve mudança de sentido.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

je) e a propriedade era encabeçada pelo *dominus*, que pagava o imposto ao governo e, por sua parte, podia dividir a propriedade em subunidades⁴⁷. “A vila recebeu nome romano, ordinariamente o do seu possuidor adjetivado com um sufixo” (1983, p. 14; Cf. tb. Vasconcelos 1931; Carvalhinhos, 1998; 2000 e 2007).

Embora Oliveira refira-se à área onde está o atual distrito de Aveiro, podemos estender essa prática a todo o território considerado cristão, o que fica confirmado pela toponímia, conforme citação do autor:

As freguesias⁴⁸ provêm geralmente de um agrupamento de pequenas vilas, naquele antigo conceito de unidades agrárias. O nome da vila mais importante ficou a designar a freguesia, e os das pequenas que se lhe anexaram, bem como das sub-unidades (casais, quintanas, quintas, vilares) e o das glebas (bustelos, bouças, soutos, agras, várzeas) passaram para os lugares. (Oliveira, 1967, p. 18-19).

Estas subunidades marcam, pois, dois campos semânticos que se interseccionam, uma vez que, de um lado, temos as denominações pertencentes a um eixo paradigmático definitório de “agrupamento de casas”, atualmente configurando elemento genérico nos sintagmas toponímicos aos quais pertencem. Do outro lado, no que concerne às subunidades de caráter agrário (*bouças*, *bustelos*, *soutelos*, *agros*), houve, muitas vezes, esvaziamento semântico, e o genérico passou a incorporar a função de topônimo.

⁴⁷ Os suevos (e, posteriormente, os visigodos), que se instalaram na península a partir de 409, respeitaram essa divisão de propriedade, assim como toda a estrutura administrativa legada pelo império Romano. Contudo, a presença dos muçulmanos mudou essa política: a coroa era dona, então, da antiga propriedade dos *dominus*, que passou a ser *reguenga* (realenga): o rei era, deste modo, o *dominus*, e podia ceder a quem quisesse as terras. Os possuidores das pequenas áreas só mudaram de *dominus*, continuaram a pagar e puderam permanecer em suas terras.

⁴⁸ Também o conceito de freguesia, que ainda hoje é uma circunscrição administrativa, tem origem na época dos cristãos germânicos, ou seja, entre os séculos V e VII. Assim explica Saraiva (1996:48): “As paróquias substituíram as vilas na sua função de células cívicas e a chefia moral das comunidades passou dos *dominus* aos párocos. Essa evolução está na origem da palavra *freguesia*, termo que, pouco a pouco, foi designando as novas unidades de povoamento e vizinhança: o trabalhador, que do ponto de vista da vila era um servo ou colono, do ponto de vista da organização eclesíástica era um filho: *fili ecclesiae*, donde veio o *fillgrês* e depois freguês.” No Brasil, a freguesia existiu até o século XIX, em média, e, na toponímia, encontramos vestígios cristalizados na cidade de São Paulo, no bairro *Freguesia do O*.

LÉXICO E SEMÂNTICA

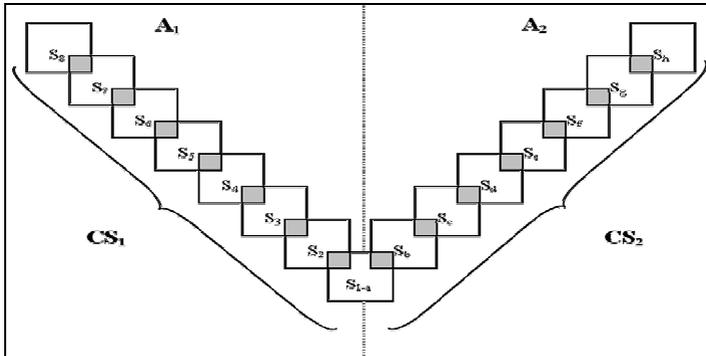
Os genéricos *casal*, *póvoa*, *vilar/vilarinho*, entre outros, pertencem ao léxico ativo e ainda são produtivos (e plenos de sentido), funcionando, embora não sejam sinônimos, como elementos equivalentes, dentro de um mesmo eixo paradigmático, à popular *aldeia* e *lugar*.

Para Dick (1999), este tipo de relação semântica define-se como hiperonímia:

Em certas circunstâncias, ambos os termos são enunciados em conjunto, como se fizessem parte de um só bloco de significação, exigindo o reforço de um outro genérico, às vezes da mesma natureza do existente, para a completa identificação. No enunciado “bairro de Vila Pompéia” (SP), o termo “vila”, na origem um índice de aglomeração humana, vem se enfraquecendo, paulatinamente, como portador dessa função; tanto que é comum a referência esclarecedora a “bairro”, de sentido aproximado, cuja significação ainda é de domínio geral. É provável que a lexia possa funcionar, no plano da língua, como um hiperônimo de outras unidades semelhantes, ou seja, de parque, jardim, granja, chácara, condomínio, conjunto residencial, para transmitir a noção de aglomerado.

A citação da autora refere-se a um fenômeno observado em grandes centros urbanos, sobretudo São Paulo. Este fenômeno de hiperonímia também ocorre em Portugal, embora seja necessário ter em mente as diferenças políticas entre os países, ligadas a sua configuração como nação.

Na verdade, percebemos uma relação de co-hiponímia entre os termos *aldeia*, *casal*, *póvoa*, *vilar/vilarinho*, *lugar*, por pertencerem a um mesmo campo semântico e terem, em seu bojo, o mesmo arquissemema (A_1), “povoação”. Semanticamente, o termo que opera a “ponte” entre estes dois campos semânticos (CS_1 , povoados e CS_2 , terras para cultivo) é a *quinta* (S_{1-a}), definida como “grande propriedade rústica com casa de habitação e geralmente cercada de muros; casa de campo; herdade; terra de sementeira”. Veja-se o esquema seguinte:



Campos semânticos relativos a povoações e terras cultiváveis em Portugal

Onde:

A ₁ = arquissemema. Hiperônimo: povoação/povoado.	A ₂ = arquissemema. Hiperônimo: campo/terra (cultivada e inculta).
CS ₁ = Campo semântico “aglomerados humanos”	CS ₂ = Campo semântico “terras”
S _{1-a} = quinta (lexia que tanto incorpora a idéia de habitação quanto de terra cultivável: intersecção dos dois campos)	
S ₂ = casal ⁴⁹	S ₆ = bouça ⁵⁰
S ₃ = póvoa ⁵¹	S _e = agro/agra ⁵²
S ₄ = lugar ⁵³	S _d = busto/bustelo ⁵⁴
S ₅ = aldeia ⁵⁵	S _c = barbitos ⁵⁶

⁴⁹ *Casal*, s.m., pequeno povoado; lugarejo; granja; herdade; conjunto das propriedades de uma família; conjunto de pequenas propriedades rústicas (...).

⁵⁰ *Bouça*, Lat. *baltea*, “matagal”. S.f., terreno que só produz mato; terreno inculto e murado, onde se cria mato ou lenha.

⁵¹ *Póvoa*, do arc. *povoo* < Lat. *populu*, povos. S.f., pequena povoação.

⁵² *Agro*, do Lat. *agru* < agers. m., campo; terra cultivada ou arável.

⁵³ *Lugar*, s. m., espaço ocupado; localidade; terra; povoado (...).

⁵⁴ Derivado de busto, adicionado do sufixo diminutivo medieval *-elo*. *Busto*, segundo Leite de Vasconcelos: “terreno plantado de pastagem de gado (...)” (1931, p. 301).

⁵⁵ *Aldeia*, do ár. *Aldaya*. S. f., pequena povoação de categoria inferior a uma vila sem jurisdição própria; povoação rústica.

LÉXICO E SEMÂNTICA

S ₆ = vilar/vilarinho	S ₇ = vila	S ₁ = chã /chão
S ₇ = vila	S ₈ = cidade	S ₂ = várzea
		S ₃ = chousa ⁵⁷ .

O que se observa, no esquema, é a comprovação da relação de co-hiponímia entre os termos de cada um dos campos semânticos, ainda que se possa objetar⁵⁸ tal fato quanto ao campo 2 (CS₂). Os respectivos arquissememas, A₁ e A₂, contêm os sememas (S₁, S₂, etc., para o campo dos *aglomerados humanos* e S_b, S_c, etc., para o campo da *terra cultivada*), e esta relação sêmica entre cada semema fica explícita na zona escura, que representa a intersecção dos sememas. Este núcleo comum faz com que possamos classificar todos os elementos como pertencentes ao mesmo campo semântico, e as partes não preenchidas de cada representação do semema referem-se ao que diferencia cada um dos termos entre si.

Portanto, o sema de contato é o que aloca cada um dos termos como pertencentes ao mesmo paradigma, sendo eleitos, no ato denominativo, segundo critérios que vão da objetividade à subjetividade, do descritivo ao associativo, do concreto ao metafórico, marcando, assim, a visão de mundo do grupo na denominação. Em termos práticos, e numa visão diacrônica, a *quinta* é a unidade lexical que faz a relação entre o grupo dos aglomerados humanos e as terras cultiváveis, outrora todos relacionados, por serem os aglomerados iminentemente rurais.

A questão da co-hiponímia quanto aos termos relativos às povoações parece ter sido pressentida por Leite de Vasconcelos (1936, p. 256), ao discorrer sobre o povoamento ou gênese geral das povoa-

⁵⁶ *Barbitos*, segundo Vasconcelos, procede de *barbeito*, lexia do século IX: "Um documento de 1096, nos Diplom. et Chart., nº 834, dá a definição: 'in terras ruptas vel barveitos' (=terras lavradas ou cavadas ou mexidas)." (1931, p. 177)

⁵⁷ *Chousa*, do lat. *clausum* < **clausa*, segundo Leite de Vasconcelos. Esta forma, assim como todos os derivados (*Chousa*, *Chouselas*, *Chouselinha*, *Chouso*, *Choso*), é vazia de sentido, não figurando mais como genérico: "(...) *cerrado*, *fazendinha*, *pomarzinho sobre si com cerca*; (...) *A palavra chousa, que já figura num texto de 1220, Inquisitiones, l.13, (...) existe ainda em Porto de Mós, no sentido de 'tapada'*" (1931, p. 421).

⁵⁸ Mencionamos uma possível objeção porque, na verdade, são elementos genéricos medievais que atualmente são topônimos, e, embora todos incorporem um dado agrário, alguns menos marcados, contrariamente ao que ocorre no CS₁, cujo arquissemema está explícito.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

ções, e propor uma categorização dos aglomerados para o começo do século XX: *cidade*, *vila* e *aldeia* são os termos propostos (em ordem decrescente de tamanho e número de habitantes), sendo as duas primeiras classificadas sem

(...) dificuldade, porque elas dependem de títulos dados por lei, segundo certas razões (importância histórica ou econômica, importância eclesiástica, população, função política etc.). Já não se definirá com tanta precisão a terceira. (1933, p. 264).

Conforme fica expresso pelo trecho grifado, para o autor, o conceito de *aldeia* pode ser representado por diversas lexias, em Portugal, mesmo que haja variações de sentido: cita, então, as lexias *sítio*, *quinta*, *casal* e *monte*, nas quais houve uma incorporação do sentido, e, assim, o todo acaba recebendo a denominação de uma parte. Vasconcelos mapeia, pois, todas as variações semânticas entre os termos descritos nas várias regiões portuguesas, e o sentido por nós compreendido é o geral, não o particular – que varia de região para região, como é o caso da lexia *monte* a qual, segundo ele, no Alentejo significa “casal de herdade”.⁵⁹

No Brasil, a diferença terminológica em relação a Portugal deve-se aos movimentos ocorridos no período colonial, às peculiaridades na formação de aglomerados humanos (que se prende, obviamente, a fatores socioeconômicos). Não é possível apontar, neste momento, se todos os topônimos que possuímos denominando municípios, atualmente, são toponimizações⁶⁰ – estudos preliminares revelaram que não. Contudo, podemos observar, de norte a sul, alguns municípios que apresentam, em seu nome, as lexias *arraial* (*Arraial, PI; Arraial do Cabo, RJ*) e *vila*: *Vila Pavão, Vila Valério, Vila Velha (ES); Vila Boa, Vila Propício (GO); Vila Nova dos Martírios (MA); Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Rica (MT); Vila Nova do Piauí (PI); Vila Flor (RN), entre outros*.

⁵⁹ *Herdade*, s.f.: Grande propriedade rural, composta, em geral, de terras de semeadura, montados e casa de habitação; quinta. *Herdade* não apareceu no *corpus* nem como elemento genérico, nem como topônimo.

⁶⁰ Por exemplo, *Vila Flor (RN)* é, na verdade, fruto da substituição de nomes indígenas por de localidades portuguesas, conforme determinação da Carta Régia de 1755. Trata-se, pois, de um nome transplantado. Seu nome original era aldeia de *Gramació*, substituído pela denominação da vila pertencente ao distrito de Bragança, em Portugal.

LÉXICO E SEMÂNTICA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já se anunciou no início desta exposição, nenhum dado aqui apresentado é conclusivo. Os pontos tocados objetivam, apenas, comparar as variantes lexicais quanto a sua substância semântica, e é evidente que um estudo em profundidade conduz a outros resultados. Tentou-se, deste modo, estudar a variante no sintagma toponímico, tanto na posição de elemento genérico quanto topônimo propriamente dito. O que se conclui, com esta comunicação, é que a análise das variantes lexicais proporciona elementos que integram tanto os campos da dialetologia, lingüística, filologia, geografia e história, entre outros campos do saber, marcando, assim, a característica multi e interdisciplinar das ciências onomásticas.

BIBLIOGRAFIA

AULETE, F. J. Caldas. *Dicionário da língua portuguesa Caldas Aulete*. 5ª ed. brasileira, rev., atual. e aum. Rio de Janeiro: Delta, 1987.

AZEVEDO, Aroldo de. Embriões de cidades brasileiras. *Boletim paulista de geografia*. Associação dos Geógrafos Brasileiros (Regional de São Paulo). São Paulo: março de 1957, Nº 25, p. 31-69.

BOLÉO, Manuel de Paiva; SILVA, Maria Helena Santos. Mapa dos dialectos e falares de Portugal Continental. *Boletim de Filologia*, XX, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1961, p. 85-112.

CARVALHINHOS, P. J. *A toponímia portuguesa: um recorte lingüístico do Douro ao Tejo*. 1998. Mestrado pelo programa de pós-graduação em lingüística. Universidade de São Paulo, São Paulo.

———. Arcaísmos morfológicos na toponímia de Aveiro, Portugal *Cadernos do CNLF* vol. XI, nº 04. Rio de Janeiro: CIFEFIL, Instituto de Letras, UERJ, 2007, p. 26-38.

———. Esvaziamento semântico: ocorrências na toponímia aveirense. In: *Congresso Internacional 500 anos de língua portuguesa no Brasil*, Évora, Portugal: 2000.

———. *Hierotoponímia portuguesa. De Leite de Vasconcelos às atuais teorias onomásticas. Estudo de caso: as Nossas Senhoras*. 2005. Doutorado pelo programa de pós-graduação em Semiótica e

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Linguística Geral – Departamento de Linguística. Universidade de São Paulo, São Paulo.

———. Onomástica e Lexicologia: o léxico toponímico como catalisador de fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). *Revista USP*. São Paulo, 2003.

CINTRA, L. F. Lindley. Áreas lexicais no território português. *Boletim de Filologia*, XX, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1961-1962, p. 273-307.

COSTA, Alexandre de Carvalho. *Lendas, historietas, etimologias populares e outras etimologias respeitantes às cidades, vilas, aldeias e lugares de Portugal continental*. Porto: Civilização, 1959.

DAUZAT, A. *Les noms de lieux*, Paris: Librairie Delagrave, 1922.

DICIONÁRIO universal da língua portuguesa. Disponível em <<http://www.priberam.pt/dlpo/dlpo.aspx>> Acesso em: 15 de jun. de 2007.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

———. Métodos e Questões Terminológicas na Onomástica. Estudo de Caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações Lingüística e Teoria Literária*. Recife, v. 9, 1999, p. 119-148,

DORION, H.; MORISSONEAU, C. *Les noms de lieux et le contact des langues*. Québec, Les Presses de l'Université Laval, 1972.

HOLLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo dicionário Aurélio eletrônico*. Positivo Informática Ltda. Regis Ltda., 2004.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE cidades*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: 15 jul.2007.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. *Reportório toponímico de Portugal – 03 – Continente*, carta 1:25.000 (3 volumes). Serviço Cartográfico do Exército: Fevereiro de 1967.

NICOLAISEN, W. F. H. Onomastic Dialects. *American Speech*, Vol. 55, No. 1. (Spring, 1980), p. 36-45.

LÉXICO E SEMÂNTICA

OLIVEIRA, Pe. Miguel de. *Ovar na Idade Média*. Ovar: Câmara Municipal de Ovar, 1967.

POTTIER, B. *Linguística geral: teoria e descrição*. Trad. e adapt. portuguesa de Walmírio Macedo. Rio de Janeiro: Universidade Santa Úrsula, 1978.

PROGRAMA CONCOR – *Linguística de corpus*. Centro de Linguística da Universidade de Lisboa. Disponível em: <http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_rld_pesquisa_PE.php> Acesso: 02 ago. 2007.

RIBEIRO, Orlando. *A propósito de áreas lexicais em Portugal*. Boletim de Filologia, XXI, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos: 1962-1963, p.177-205.

SARAIVA, Jose Hermano. *História concisa de Portugal*. 18ª ed. Mira-Sintra: Europa-América, 1996.

SCRIF – *cartografia de risco de incêndio florestal*. Disponível em <<http://scrif.igeo.pt/asp/toponim.asp>> Acesso em: 20 jul. 2007.

STABILE, Rodrigo A. *A hidronímia, a sociedade e o meio. Uma questão não só onomástica*. Monografia, parte da avaliação da disciplina Toponímia Geral e do Brasil I, FFLCH-USP, 2007.

VASCONCELOS, José Leite de. *Esquisse d'une dialectologie portugaise* (1901). 3ª ed. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987. Reimpressão.

———. *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1994. Volume I. Reimpressão, 1933.

———. *Etnografia portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995. Volume II. Reimpressão, 1936.

———. *Opúsculos*, v. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.